



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Treinamento e Implantação do PJe no TRF da 3ª Região

De 27 de julho a 26 de agosto de 2015

I. INTRODUÇÃO

Após as atividades de parametrização do PJe nos ambientes de homologação de 1º e 2º graus do TRF da 3ª Região, realizadas entre os dias 25/05 e 03/06/2015, os membros da Subcomissão de Parametrização do PJe do Conselho da Justiça Federal (SUBPA/CJF), representantes dos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 3ª e 5ª Regiões, reuniram-se entre os dias 15 e 19/06/2015 para revisar os fluxos de trabalho configurados no sistema, a experiência vivenciada pelos Tribunais da 1ª Região e 5ª Regiões após a implantação, a fim de agregar as boas práticas daqueles tribunais e de efetuar ajustes e correções com vistas à implantação do sistema no TRF da 3ª Região.

No período entre os dias 22/06 e 24/07/2015, os servidores do Núcleo do Processo Judicial Eletrônico do TRF da 3ª Região (NUJE/TRF3), com o apoio remoto do coordenador da SUBPA/CJF, realizaram vários testes no sistema, objetivando a simulação de situações reais de processamento, a fim de identificar eventuais necessidades de ajustes de configuração, tudo com vistas a preparar os ambientes de treinamento do PJe, os quais, posteriormente, serviriam de base para a entrada do sistema em produção.

Em seguida, realizaram-se os treinamentos dos usuários finais, bem como atividades de preparação dos ambientes de produção e de acompanhamento do sistema pós-produção, atividades essas que serão detalhadas a seguir.

II. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

II.1. Treinamento de usuários finais

Conforme definido pela Gerência Regional do PJe no TRF da 3ª Região, o escopo inicial da implantação do PJe abrangeu os processos com as seguintes características:

- a) na Justiça Federal de 1º grau – classes: mandado de segurança e mandado de segurança coletivo; assuntos: de natureza administrativa e civil; competência: Subseção Judiciária de São Bernardo do Campo.
- b) no TRF da 3ª Região – classes: mandados de segurança individual e coletivo de competência originária, agravo de instrumento, apelação, reexame necessário, conflito de competência, medida cautelar, suspensão de segurança e suspensão de liminar e de antecipação de tutela; assuntos: de natureza administrativa e civil; competência: 1ª e 2ª Turmas, 1ª Seção, Vice-Presidência e Presidência.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

A partir da definição do escopo supramencionado, elaborou-se um cronograma de treinamento que objetivou a capacitação de todos os servidores e magistrados dos órgãos julgadores envolvidos na implantação, além de advogados, procuradores e defensores públicos, no período de 4 (quatro) semanas. Diante desse objetivo, o aludido cronograma ficou configurado conforme o Anexo do presente relatório.

Ao todo, foram ministradas 204 (duzentas e quatro) horas de treinamento, com a participação de mais de 300 (trezentos) usuários, computando-se, neste total, magistrados e servidores lotados nas varas federais de São Bernardo do Campo e nas secretarias e gabinetes vinculados à 1ª Seção, Vice-Presidência e Presidência do TRF da 3ª Região, bem como oficiais de justiça e servidores dos setores de distribuição que atuam nas duas instâncias, além de advogados, procuradores e defensores públicos.

II.2. Preparação dos ambientes de produção

A equipe da Secretaria de TI do TRF da 3ª Região iniciou, no dia 17/08, a preparação dos ambientes de produção, utilizando a versão 1.7.2.x do PJe, atualizada até o dia 24/07 – versão com a qual foram realizados os treinamentos supramencionados, e as bases de dados dos ambientes de treinamento, atualizadas até o dia 16/08.

No dia 20/08, sob a supervisão do coordenador da equipe de infra-estrutura do PJe no Conselho Nacional de Justiça, a Secretaria de TI do TRF3 efetuou ajustes nos servidores de rede e de banco de dados onde foram instalados os ambientes de produção, como vistas à adequação desses ambientes ao volume de acessos e de carga de documentos no sistema.

Enfatize-se, ainda, que a equipe do NUJE/TRF3, no período entre os dias 17 e 20/08, atuou no cadastramento dos servidores e magistrados lotados nas unidades judiciárias abrangidas no escopo inicial da implantação, no cadastramento de procuradorias e de procuradores-gestores, além da configuração de modelos básicos de documentos.

Em 21/08, aproximadamente às 11:00 h, o PJe foi liberado para acesso pelo público externo.

II.3. Acompanhamento pós-produção

Entre os dias 24 e 26/08, o coordenador da equipe de desenvolvimento do PJe no CNJ, atuou a pronta solução de diversas inconsistências do código-fonte do PJe identificadas na atualização mais recente da versão 1.7.2.x, atualização esta que continha a solução de mais de 40 (quarenta) problemas existentes na versão utilizada nos ambientes de produção.

As principais inconsistências corrigidas pelo aludido servidor foram:

- 1) incorreção dos critérios utilizados no filtro de processos originários, que estavam permitindo a distribuição de agravos de instrumento referentes a processos que não tramitavam em primeiro grau no PJe;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- 2) impossibilidade de deslocamento do processo para o fluxo dos setores de distribuição tão logo os processos fossem protocolizados;
- 3) erro na exibição do complemento do movimento de expedição de documentos;
- 4) erro na remessa para outra instância de processos que tramitam com marcação de prioridade de processamento; e
- 5) problemas na revisão e na assinatura de atos judiciais.

Além dos problemas de código-fonte listados acima, o referido servidor do CNJ orientou os servidores da Secretaria de TI do TRF3 quanto ao desenvolvimento do conector de publicação de atos judiciais no Diário Eletrônico.

O Diretor do NUJE/TRF3 e o Coordenador da SUBPA/CJF efetuaram, no mesmo período, alguns ajustes de configuração e de fluxos, dentre os quais merecem destaque:

- 1) ajustes no fluxo dos setores de distribuição, no fluxo de audiências e no fluxo de preparação de atos judiciais;
- 2) verificação e ajustes nos “labels” das variáveis de tarefas de todos os fluxos dos ambientes de 1º e 2º graus.
- 3) ajustes nos papéis e localizações dos servidores dos setores de distribuição;
- 4) ajustes no modelo de documento para envio automático de senha por e-mail; e
- 5) criação de modelo de texto para exibição no link “Fale conosco”.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

III.1. Conclusão da 1ª etapa de atividades

Com a implantação do PJe no TRF da 3ª Região, encerra-se o primeiro ciclo de atividades coordenadas pela SUBPA/CJF.

Ao longo desse primeiro ciclo, iniciado em março/2014, foram adotadas, em linhas gerais, as seguintes ações:

- 1) definição de fluxos relativos aos procedimentos do mandado de segurança, bem como dos recursos e das ações autônomas de impugnação correlatas;
- 2) capacitação dos membros da aludida subcomissão nas regras de negócio, na configuração de fluxos e na administração do sistema;
- 3) identificação das inconsistências do sistema mais críticas para a Justiça Federal e atuação junto às equipes de desenvolvimento do CNJ, do CJF e do TRF da 1ª Região com vistas à sua solução; e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

- 4) capacitação dos usuários finais do sistema, com vistas ao início da utilização da ferramenta em produção nos Tribunais Regionais Federais da 1ª e 3ª Regiões.

III.2. Encaminhamento da 2ª etapa de atividades

A partir deste momento, inicia-se um segundo ciclo de atividades a ser coordenada pela SUBPA/CJF, que deverá abranger as seguintes ações:

- 1) apoio aos Tribunais Regionais Federais da 1ª e 3ª Regiões nos projetos de expansão do PJe para outras classes judiciais, Seções/Subseções Judiciárias e órgãos fracionários dos tribunais, inclusive no tocante às ações de treinamento dos usuários finais;
- 2) coordenação das atividades de definição de novos fluxos processuais, referentes às novas classes judiciais para as quais o PJe for expandido;
- 3) acompanhamento das demandas de correção do sistema originadas pelos tribunais e atuação junto ao CNJ na busca de sua solução;
- 4) coordenação das solicitações de novas funcionalidades do sistema e/ou de alterações de suas regras de negócio, bem como auxílio ao Comitê Gestor do PJe na Justiça Federal com vistas ao encaminhamento dessas demandas ao CNJ; e
- 5) execução das ações de treinamento e apoio na implantação do PJe nos Tribunais Regionais Federais da 2ª e 4ª Regiões, quando e se for o caso.

Sugere-se, ainda, que as atividades relativas à implantação e suporte negocial do PJe na Turma Nacional de Uniformização (TNU) sejam inseridas no escopo da Subcomissão de Parametrização, a fim de proporcionar a padronização do uso de fluxos e de versões do PJe em todas as unidades judiciárias da Justiça Federal, além de possibilitar a unificação do canal de intercomunicação técnico-negocial entre a Justiça Federal e o CNJ.

Para tanto, entende-se necessária a criação de setor específico na estrutura administrativa do CJF, semelhante ao existente na estrutura de governança do PJe no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ao qual deverão ser atribuídas as responsabilidades listadas acima, com o objetivo de institucionalizar a atuação da coordenação da SUBPA/CJF.

À consideração superior.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2015.

LEONARDO SANTOS CARVALHO
Coordenador da Subcomissão de Parametrização do PJe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

ANEXO – CRONOGRAMA DE TREINAMENTO

TURMA 1			TURMA 2		
PERÍODO	PÚBLICO	INSTRUTOR	PERÍODO	PÚBLICO	INSTRUTOR
27 a 29/07	Advogados, Procuradores e Defensores	Leonardo Carvalho	27 a 29/07	Advogados, Procuradores e Defensores	Ednaldo Ferreira
30/07	Oficiais de Justiça	Leonardo Carvalho	30/07	Servidores da Distribuição	Ednaldo Ferreira
03 a 05 e 07/08	Diretores e Servidores de Vara	Leonardo Carvalho	03 a 05 e 07/08	Diretores e Servidores de Turma	Ednaldo Ferreira
06/08	Servidores e Assessores da Vice-Presidência	Leonardo Carvalho	06/08	Servidores e Assessores da Presidência	Ednaldo Ferreira
12/08	Juízes e Servidores de Vara	Leonardo Carvalho	12/08	Desembargadores e Servidores de Gabinete	Ednaldo Ferreira
13 e 14/08	Assessores e Servidores de Gabinete	Leonardo Carvalho	13 e 14/08	Assessores e Servidores de Gabinete	Ednaldo Ferreira
18/08	Desembargadores e Secretários de Sessão	Leonardo Carvalho	18 e 19/08	Servidores e Assessores da Vice-Presidência	David Baccelli